



DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2015

LISBOA

AV.º DUQUE D'ÁVILA, 185, 5º
1050-082 LISBOA
PORTUGAL

PORTO

AV.º DA BOAVISTA, 1167, 5º, SALA 53
4100-130 PORTO
PORTUGAL

T. (+351) 217 520 250

F. (+351) 217 520 259

E. RCA.GERAL@RCA.AC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A., (DOCAPESCA) as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 32.577.782 EUR e um total de capital próprio de 13.049.018 EUR, incluindo um resultado líquido de 1.811.920 EUR), a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações no capital próprio e a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Praxity
GLOBAL ALLIANCE OF
INDEPENDENT FIRMS

Reservas

7. Com a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a DOCAPESCA assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. As demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2015 refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente Outras variações no capital próprio no total de 384.779 EUR, Provisões para processos judiciais e compromissos assumidos no valor de 1.223.134 EUR e os rendimentos e gastos resultantes da atividade desenvolvida. No entanto, e tal como referido na Nota introdutória do Anexo às demonstrações financeiras, não foram ainda integrados os bens patrimoniais e dominiais, os quais não se encontram avaliados, e os passivos, pelo que não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras resultantes dessa integração, bem como dos ajustamentos que possam vir a ser necessários efetuar relativamente aos saldos já reconhecidos.

8. Na sequência do processo de negociação dos contratos de concessão celebrados com as Administrações de alguns portos, a DOCAPESCA passou a assumir as responsabilidades relacionadas com a manutenção de equipamentos e infraestruturas, incluindo imóveis, assim como outros gastos relativos aos portos onde exerce a sua atividade. Tal como referido na Nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras, estas incluem uma provisão no montante de 950.000 EUR para fazer face às responsabilidades assumidas com a execução futura de uma dragagem no porto de Aveiro, e uma outra no valor de cerca de 183.000 EUR referente a Imposto Municipal sobre Imóveis, não nos tendo sido facultada informação suficiente que nos permita concluir sobre a razoabilidade da primeira quantia, bem como da situação referente ao IMI, pelo que não nos é possível quantificar os eventuais efeitos destas situações nas demonstrações financeiras.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

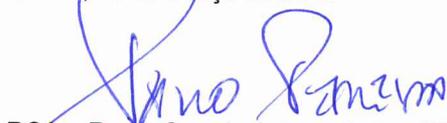
Ênfase

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto das demonstrações financeiras do exercício de 2014 terem sido examinadas por outra sociedade de revisores oficiais de contas, o qual emitiu uma certificação legal de contas com duas reservas por limitação de âmbito relacionadas com as situações acima descritas.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de março de 2016



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, ROC